

## **COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

### **PROJETO DE LEI Nº 4.149, DE 2012**

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre bicicletas elétricas.

**Autor:** Deputado LEONARDO PICCIANI

**Relator:** Deputado JAIME MARTINS

## **I - RELATÓRIO**

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Leonardo Picciani, pretende alterar a redação dos artigos 58, 129 e 141 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, bem como seu Anexo I, para equiparar as bicicletas elétricas com potência máxima de 350 watts às bicicletas movidas à propulsão humana e isentá-las de registro e licenciamento. Também isenta o condutor desses veículos do porte de Carteira Nacional de Habilitação, exigindo apenas que tenha idade superior a 16 anos e tenha autorização expedida pelo Município.

Na justificação, o autor argumenta que a preservação do meio ambiente exige a adoção de alternativas sustentáveis para os deslocamentos diários. Nesse sentido, as grandes cidades do mundo têm procurado incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte. No Brasil, o Código de Trânsito remete aos Municípios a decisão sobre a necessidade de registro e licenciamento de veículos de propulsão humana, como as bicicletas, o que causa situações díspares no território nacional. Além disso, o autor justifica que o CONTRAN equiparou, equivocadamente, as bicicletas elétricas aos ciclomotores, cuja condução exige habilitação na categoria “A” e o uso de capacetes. Em seu entender, é preciso alterar o texto do CTB, para estimular o uso das bicicletas elétricas no Brasil.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Os congestionamentos de trânsito apresentam-se, hoje, entre os principais problemas a desafiar o poder público em todo o mundo, como reflexo do crescimento quase sempre desordenado dos centros urbanos.

Diante dessa situação, muitas localidades têm implantado sistemas alternativos de transporte baseados no uso de bicicletas, com a construção de infraestrutura adequada e o desenvolvimento de campanhas de estímulo ao uso desses veículos, tanto pela eficiência de sua utilização em pequenos deslocamentos quanto pela redução da emissão de poluentes.

Entre as ações empreendidas, destaca-se a simplificação dos requisitos necessários para condução desses veículos. Em alguns países da Europa, por exemplo, as bicicletas elétricas foram desobrigadas do registro e ficaram isentas do pagamento de alguns tributos.

Em nosso País, o Código de Trânsito prevê que cabe aos municípios decidir quanto à necessidade de registro das bicicletas convencionais. As bicicletas elétricas, entretanto, tem tratamento diferenciado na legislação, pois a Resolução do CONTRAN nº 315/09 as equipara aos ciclomotores, sujeitos a registro e licenciamento. Dessa forma, as bicicletas elétricas, hoje, devem ser registradas e o seu condutor deve portar Autorização para Conduzir Ciclomotor – ACC –, cujos requisitos são similares aos exigidos para obtenção da Carteira de Nacional de Habilitação.

Nesse contexto, quer nos parecer que o projeto é relevante, uma vez que equipara as bicicletas elétricas às convencionais e padroniza a dispensa de registro desses veículos em todo o território nacional. É preciso esclarecer que, para serem dispensadas do registro, o projeto exige que as bicicletas elétricas tenham potência máxima de 350 watts. Em nosso entender, entretanto, esse limite deve ser reduzido para 250 watts coadunando-se às experiências internacionais. Dessa forma, limita-se a velocidade máxima que esses veículos podem atingir, nivelando o risco do seu uso ao das bicicletas convencionais.

Também não concordamos com a exigência de idade mínima e de autorização emitida pelo Município para que o condutor esteja apto a conduzir a bicicleta elétrica. Em nosso entender, já que as bicicletas elétricas estão sendo equiparadas às convencionais, não há razão para estabelecer exigências diferentes para a sua condução.

Enfim, entendemos que a proposta tem relevância e mérito, na medida em que oferece estímulo ao uso de bicicletas, com impacto positivo tanto no trânsito urbano quanto na mitigação dos problemas ambientais.

Dessa forma, no que cabe a esta Comissão regimentalmente analisar, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.149, de 2012, com as emendas que propomos.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2013.

Deputado JAIME MARTINS  
Relator

## **COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

### **PROJETO DE LEI Nº 4.149, DE 2012**

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre bicicletas elétricas.

### **EMENDA Nº 1**

Substitua-se, no art. 1º e no art. 2º do projeto de lei, a expressão “350 (trezentos e cinquenta) Watts” pela expressão “250 (duzentos e cinquenta) watts”.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2013.

Deputado JAIME MARTINS

## **COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

### **PROJETO DE LEI Nº 4.149, DE 2012**

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre bicicletas elétricas.

### **EMENDA Nº 2**

Suprima-se o inciso III do art. 1º do projeto, o qual tenciona incluir § 3º no art. 141 da Lei nº 9.503, de 1997.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2013.

Deputado JAIME MARTINS